



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador João Antônio Pires Gonçalves;
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador João Antônio Pires Gonçalves e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Primeira Sessão Ordinária do Segundo Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 31 de janeiro último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontrava ausente o Vereador Benedito José do Couto (1) e presentes os Senhores Vereadores: Professor Cinoê Duzo (2), Daniel Gasparini dos Santos (3), Daniela Dalben Mota (4), Dayane Amaro Costa (5), João Antônio Pires Gonçalves (6), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (7), Laércio Rocha Pires (8), Leonardo David Zaniboni (9), Luís Roberto Tavares (10), Professor Luiz Antônio Guarnieri (11), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou o Vereador Luís Roberto Tavares para que procedesse a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, o 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência deu ciência do Requerimento nº 43, de 2014, subscrito pelo Vereador Benedito José do Couto “solicitando afastamento por 7 dias a partir de 2 de fevereiro de 2014, conforme atestado médico; (aprovado por unanimidade dos Vereadores da Casa). Em seguida, o chamou o Senhor Honório José Ferreira, 1º Suplente de Vereador, o qual, após ler o juramento constante no art. 5º, § 1º do Regimento Interno, tomou o assento que especialmente lhe foi designado. Em seguida, dando por iniciada a parte reservada ao "EXPEDIENTE", o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário as atas da 19ª e 20ª Sessões Extraordinárias, realizadas em 12 de dezembro último, a qual, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Luís Roberto Tavares, respectivamente, 1º Vice-Presidente em exercício e 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Ofício datado de 18.12.13, subscrito pelo Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, “comunicando que o PSDB o indicou para compor a Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos, a partir de janeiro de 2014”; (atualize-se a lista e archive-se). 2. Ofício 3/14, de 29.1.2014, “designando o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni como líder da Bancada do Partido Solidariedade”. 3. Projeto de Lei nº 300, de 2013, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “alterando e revogando dispositivos da Lei nº 5.476/13, que institui a Ouvidoria-Geral do Município”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação”. 4. Projeto de Lei nº 1, de 2014, da Mesa da Câmara de Mogi Mirim, “fixando subsídios dos Secretários até 2016”; (a exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento) 5. Projeto de Lei nº 2, de 2014, do Vereador Luís Roberto Tavares, “dando o nome de Professora Lígia Maria Felipe Venâncio à MMR – 020-001”; (ao exame da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos e de Justiça e Redação). 6. Balancetes da Receita e despesa da Prefeitura Municipal e do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos relativos a dezembro de 2013 e da Câmara Municipal, relativo a dezembro de 2013; (ao exame da Comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nº 2, 10 e 13, da Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando “implantação de laboratório de feridas na cidade”; informações sobre alvarás de funcionamento e segurança das escolas da rede municipal de ensino; levantamento do número de casos de anemia, doenças cardiovasculares, HPV, obesidade e mortalidade infantil os anos de 2012 e 2013”; nº 3, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando “interligação das ruas João Antunes de lima e Av. prefeito Antônio Tavares Leite. Neste instante, a sessão foi suspensa às 18h55 e reaberta três minutos depois, dando continuidade à votação das proposituras, seguiu-se: Requerimento nº 4, 12, 14, 18 e 19, do Vereador Professor Cinoê Duzo, solicitando “explicações sobre a demora na contratação de novos Guardas Municipais; realização de concurso público para a contratação de eletricitas; criação de equipe permanente para a manutenção do Complexo Lavapés; adequação do Espaço Cidadão para abrigar o terminal de ônibus coletivo”; nºs 15, 16, 17, 20 e 21, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, solicitando “informações sobre o início das obras de reforma da sede da Guarda Municipal; informações sobre as obras da área de lazer do Jardim Planalto e emprego da verba de R\$ 300 mil encaminhada pelo Deputado Arnaldo Jardim; levantamento das contratações de Guardas e Bombeiros para 2014; informações sobre a verba par castrações e chipagens gratuitas dos animais da população carente e previsão das ações informações sobre parceria do Centro de Controle e Zoonose e de serviços de atendimento a animais vítimas de maus tratos, abandonos, atropelamentos e outros”; nºs 22, 40, 41 e 42, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando “reiteração da Indicação 600/13 e construção de canalização e serviços de limpeza e revitalização das margens do córrego Jardim Maria Beatriz; audiência pública para discutir assuntos de poluição sonora por carros, no dia 12 de março; criação de Comissão Especial para apurar regularidade dos serviços de limpeza pública; nºs 24, 25, 26, 27, 28 e 29, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“prestação de contas de recursos utilizados pela Acimm – Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim relativos aos adornos de Natal; solicitação de cópia da Licitação Pregão presencial nº 159/13; cópias de documentos de nomeação e destituição de cargos comissionados do Executivo; reiterando o Requerimento 693/13, relatório de sindicância administrativa, objeto da Portaria nº 759/13; cópia do Pregão presencial nº 146/13; cópia da licitação nº 157/13”; nºs 30, 35, 36, 37, 38 e 39, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando “informações sobre o processo de reforma nas casas do Residencial “Eugênio Mazon”, CDHU; limpeza de calçadas na extenso da Avenida Expedido Quartieri; reiterando Indicação 873/13; audiência pública para 27.2.14 para explicações do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos sobre o aumento de tarifa de água; explicações sobre a finalização da pavimentação da Rodovia Elzio Mariotoni; construção de sistema de escoamento de águas pluviais nas Chácaras Bela Vista e trevo de acesso ao condomínio”; nºs 31 e 32, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando “informações acerca do transporte escolar; que o Presidente do Conselho der Administração da Net informe sobre o ofício 214/13 enviado pela Prefeitura”; nº 33, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, solicitando “reiteraões das Indicações 950, 951, 980, 1029 e Requerimentos 762 e 798, todas de 2013”; nº 34, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, solicitando “relação de imóveis locados pelo Executivo”. **OBSERVAÇÃO 1:** os Requerimentos nº 6, 8, 9, 19, do Vereador Professor Cinoê Duzo, versando “sobre a reestruturação dos cargos e salários dos Guardas Municipais e Bombeiros, desassoreamento do Lago principal do Complexo Lavapés e realização de concurso público para as vagas em aberto na Administração, incluindo Professores de Educação Física e Técnicos Desportivos; instalação de aparelhos de ginástica na Academia ao Ar Livre, do Complexo Lavapés” foram pedidos para discutir, respectivamente, pelos Vereadores Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti e Vereador Laércio Rocha Pires. **OBSERVAÇÃO 2:** O Requerimento nº 23, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

versando sobre “criação de Comissão de Inquérito para investigar e acompanhar denúncia feita ao MP sobre o pagamento de propina e ilegalidades em processos licitatório para prestação de emissão de nota fiscal eletrônica – ISSQN” foi rejeitado por nove votos contrários e sete votos favoráveis. Em seguida, foram aprovadas as seguintes **MOÇÕES**: nºs 1 e 2, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “de pesar pelo falecimento da Senhor Áurea Paiva Chaib Gamito; idem para Luiz Tadeu Pereira Lima; nº 3, do Vereador João Antônio Pires Gonçalves, “de congratulações e aplausos com Doutor Jarbas Magalhães pela eleição como Presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia de São Paulo”; nº 4, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “de pesar pelo falecimento da Senhora Anália Rocha de Assis Costa”. Na sequência, o Senhor Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Senhor Prefeito: nºs 3, 4 e 24, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, indicando “redução de velocidade na rua Sebastião Milano, nº 49, Santa Clara; ampliação do horário da ciclofaixa do Zerão das 6 às 22 horas; redutor de velocidade na avenida Expedito Quartieri, Mirante”; nº 5, o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, indicando “fiscalização sobre terrenos particulares com mato alto no Residencial do Bosque”; nº 6 e 7, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, indicando “limpeza de calçadas na rua João Alves, Jardim Scomparim; idem na rua Manoel Torino, Jardim Scomparim; nºs 8 e 9, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, indicando ao Prefeito “adoção de alternativas para minimizar a lotação das linhas que servem o Jardim Linda Chaib; redutor de velocidade na rua Érico Veríssimo, Jardim Linda Chaib”; nºs 10, 11 e 36, da Vereadora Dayane Amaro Costa, indicando “melhoria do calçamento do Espaço Cidadão, recuperação do asfalto na rua Professora Maria Cristina, Jardim Nossa Senhora Aparecida; conserto de boca de lobo na esquina das ruas Olavo Bilac com Dom Pedro II, Jardim Nossa Senhora Aparecida”; nºs 12, 13 e 14, do Vereador Professor Cinoê Duzo, indicando “implantação de redutor de velocidade na rua Luis Alves de Oliveira, nº 91, Jardim Mandaio, no Distrito de Martim Francisco; instalação de placa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

indicativa de acesso às Chácaras Paraíso da Cachoeira; asfaltamento do trecho entre a Rodovia André Franco Montoro e o Jardim Planalto”; nº 16, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando serviços de roçagem e limpeza dos terrenos baldios do Parque Jardim Murayama III”; nº 17 e 18, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando “aquisição de novas viaturas para a Brigada de Incêndio; operação tapa-buracos na rua Fátima do Carmo Vômero Bacar, nº 310, Jardim Patrícia”; nºs 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 37, 38 e 39, do Vereador Luís Roberto Tavares, indicando “estudos para rodízio no posto avançado da Guarda Municipal os bairros; substituição de placa de identificação da rua Rui Eduardo Vital, Parque do Estado II; recuperação do asfalto na rodovia Élzio Mariotoni; Recuperação do meio fio e operação tapa-buracos na rua Rui Eduardo Vital; limpeza do canteiro central e margens da Rodovia Élzio Mariotoni; idem para a rua Jamil André, Parque do Estado II; limpeza em todas as áreas verdes dos bairros Mogi Mirim II e Jardim Europa; limpeza na área verde da rua Jorge Duarte Filho, Parque das Laranjeiras; operação tapa-buracos na rua Fátima do Carmo Vômero Bacar, Jardim Patrícia; operação tapa-buracos na rua Antônio José Franco de Campos, Bairro reparos no vazamento de esgoto da esquinadas ruas Peru e Ederaldo Silveira Bueno, Seac; limpeza de entulho descartado ilegalmente na Rua do Boa; limpeza e manutenção nas quadras da Praça Comandante José Antônio Moreno, Mogi Mirim II”; nº 22, 25 e 26, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “policciamento na feira noturna de quarta-feira no Espaço Cidadão e imediações; manutenção na praça José Jorge da Silveira Cintra; manutenção asfáltica da rua Orlando Pacini, Santa Cruz”; nº 23, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, indicando “parceria com a Associação Copaíba, para preservação ambiental e captação de recursos; cópia do contrato de transporte de alunos da zona urbana e rural”; nº 40, 42 e 43, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, indicando “garantia do direito dos professores de estacionar no terreno ao lado da Emeb “Doutor Geraldo Philomeno”; construção de lombadas em Martim Francisco, sentido Usina Esmeralda, 60 metros antes da residência Marcute; e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

construção de lombada em martim Francisco, sentido Lindsay (SP-340), altura da saída de Martim Francisco”; nº 41, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, indicando “modelo de concessão para a administração do Cemitério Municipal e do Complexo Lavapés”; nº 44, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri, indicando “instalação de iluminação pública na rua Vicente Pereira de Lima; corte de mato e limpeza do canteiro central do Distrito Industrial”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 1262 a 1271, 1273 a 1290, datados de 9 e 13 de dezembro de 2013, e nºs 2, 4, 5, 6, 7, 10 a 15, 24 43, 49 a 56, 59 a 71, datados de 16 a 29 de janeiro últimos, subscritos pelo Prefeito Municipal, “respondendo às proposituras desta Edilidade: Requerimentos: nº 541, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 553, 797, 798 e 76, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri; nº 600, 702 e 710, do Vereador Laércio Rocha Pires; nº 688, 742, 757 e 917, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 679 e 810, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 790, 791 e 685, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 449, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos; nº 509, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; nº 524, da Vereadora Daniela Dalben Mota; nº 716 e 834, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 748, 761, 816, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 951, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri; nº 807 e 836, do Vereador Professor Cinoê Duzo; nº 841, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; Indicações: nºs 919, 920, 921, 922, 954, 955, 998, 1000, 1002, 1010 e 1024, do Vereador Luís Roberto Tavares; nºs 939, 942, 97, 936, 690, 691, 906, 907, 969, 786, 787 e 1044, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nºs 980, 1028 e 1031, do Vereador Luiz Antônio Guarnieri; nº 902, 611, 953 e 1052, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº 839, 1051 e 1067, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 879, 956 e 996, do Vereador Professor Cinoê Duzo; nº 901, do Vereador Laércio Rocha Pires; nº 946, do Vereador Benedito José do Couto; nº 959, 958 e 977, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

663 e 964, da Vereadora Daniela Dalben Mota; nº 606, 847, 930, 967 e 968, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; nº 927 e 1037, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 905, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 913 e 985, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos; nº 945, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros; nº 1008, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; nº 1036 e 1060, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; (arquivem-se, após dar ciência aos Vereadores interessados). Ofício datado de 18.12.13, do PT - Partido dos Trabalhadores, “informando que o Vereador Waldemar Marcurio Filho não representa o partido e a bancada de Vereadores enquanto líder, impedindo-o de ocupar a liderança do partido na Câmara”; (para análise da Diretoria-Geral e da Presidência, uma vez que o tema é regido pela Resolução nº 276/10 (Regimento Interno) e a Lei Orgânica Municipal). Ofício 3/13, atado de 6.1.14, do Secretário de Educação “encaminhando o cardápio para a merenda escolar no ano letivo de 2014”; (arquive-se). Ofício nº 1572, datado de 3.12.13, da Caixa Econômica Federal, “comunicando o repasse de R\$ 500 mil e contrapartida de R\$ 10.500,00 para o Município; (arquive-se). Ofícios 1181 e 1190, de 4 e 11.11.12, da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, “respondendo aos ofícios nºs 13 e 201/13”; (arquivem-se, após dar ciência à Vereadora Daniela Dalben Mota). Ofício datado de 11.12.13, da Irmandade da Santa casa de Misericórdia de Mogi Mirim, “respondendo o Requerimento nº 782/13”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. Ofícios nºs 215, 216, 217, 218 e 221, datados de 9 e 11.12.13, do Consórcio Intermunicipal de Saúde “8 de Abril”, “respondendo aos Requerimentos nºs 733, 736, 735, 732 e 755/13”; (arquivem-se, após dar ciência ao Vereadores Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira e Laércio Rocha Pires). Ofício nº 3/14, de 3.1.14, da Telefonica Vivo, “respondendo ao Requerimento nº 833/13”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares). Comunicado do PSDB, datado de 18.11.13, “compartilhando a Declaração de Poços de Caldas + 30”; (arquive-se). Telegrama do Governador, datado de 7.12.13, “comunicando a aprovação de convênio de R\$ 39 mil pata o Natal



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Iluminado”; (arquite-se). Telegrama datado de 26.7.13, do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos para o programa de assistência farmacêutica básica”; (arquite-se). Comunicados datados de 13.12.13 e 7.1.13, do Ministério de Educação, “informando sobre a liberação de recursos dos programas da rede de ensino”; (arquivem-se). Ofício datado de 30.1.2014, do PT “indicando o Vereador Luiz Antônio Guarnieri para líder d Bancada do PT na Casa”; (arquite-se). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para ser levados ao conhecimento do plenário, o Senhor Presidente, pelo parágrafo único do art. 108, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos. A primeira oradora regularmente inscrita, Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, saudou os presentes e citou sobre as perdas de pessoas da cidade no mês de janeiro, como a mãe do Vereador Laércio Rocha Pires, a senhora Áurea Chaib, sua amiga de juventude, membro de família que sempre engrandeceu a cidade e seu amigo Tadeu Pereira Lima, filho de Sebastião Pereira Lima, companheiro e amigo de Ana Cristina Zuliani, hoje presente e ficou emocionada pelo minuto de silêncio a ele prestado. Frisou que Tadeu contribuiu para a cidade, porque teve a visão de expandir os projetos habitacionais para os lados de Campinas, com a instalação de loteamentos Parque Real I e II, o que levou a Administração a implantar serviços públicos para aquela área. Posto isto, encerrou a sua participação. Em seguida, com a desistência do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino e Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, assumiu a tribuna a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, que saudou os presentes e agradeceu os sete nobres pares que a apoiaram em investigar a denúncia para apurar a suspeita de improbidade administrativa, posto que ela, oradora, recebeu telefonemas de pessoas de outros Estados, criticando a vergonha do governo executivo atual de ver contra seus funcionários uma acusação do naipe em que foi publicado pela imprensa. Então, buscando cumprir o seu papel como Vereadora, cuja prerrogativa é apurar irregularidades, buscou não prevaricar e deu entrada na medida de apuração, mas não obteve apoio ou êxito em seu intento. Em seguida, assumiu a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tribuna o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio saudou os presentes e disse que apoiava a atitude da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira e pediu-lhe que continuasse a protocolar os pedidos de constituição de Comissões de Inquérito, porque iria apoiar tais medidas. Em seguida, a Vereadora Daniela Dalben Mota saudou os presentes e falou a redução da jornada de trabalho de Enfermagem para 30 horas, ratificando que é formada desde 1995 e bem conhecia o tema. Em seguida, salientou que seu desejo era defender a classe, para que isso refletisse positivamente na população. Disse ser fã da profissão e disse ter a honra de trabalhar com pessoas tão bem qualificadas, que mereciam reconhecimento, o que valorizaria a qualidade do serviço Municipal, porque os profissionais estariam satisfeitos, frisou que a Enfermagem ocupava quase que 60% dos profissionais da saúde na cidade e que merecia todo o apoio da Vereança local. Em seguida, discursou o Vereador Luís Roberto Tavares, o qual saudou os presentes e desejou melhoras ao Vereador Benedito José do Couto. Em seguida, parabenizou o Vereador João Antônio Pires Gonçalves pela condução dos trabalhos. Prosseguindo disse que iria comentar sobre a regularização dos loteamentos clandestinos no Parque das Laranjeiras e iria passar a planilha de melhorias do bairro para a população, porque o morador deveria acompanhar os feitos e estar sempre bem informado. Comentou ainda que foi depositada madeira na rua 31, entulho irregular e que iria apurar o fato. Sobre as 30 horas da enfermagem, tinha comentários e notícias excelentes e iria aguardar o momento oportuno para anunciá-los. Prosseguindo, disse que há mais de dez anos estava parado o acordo para a reforma das casa do CDHU e pediu que fosse acelerado o acordo entre o CDHU e a Prefeitura. Para ilustrar, citou o caso da Dona Inês, que estava aguardando a ordem e a verba para a reforma de sua casa, e ela estava reformando por conta própria, o que era inviável, pois nem sempre seguiam as regras condizentes da engenharia. Em seguida, solicitou que fosse asfaltado o trecho da rodovia Élzio Mariotoni, porque o Estado e o município estavam se confrontando na competência e a obra não se realizava. O Vereador Luiz Antônio Guarnieri saudou os presentes, desejou saúde ao Vereador Benedito José do Couto e boa sorte ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador João Antônio Pires Gonçalves na condução dos trabalhos de hoje, e disse que a Câmara deveria cumprir o seu papel fiscalizador, porque a população esperava atitudes dos Vereadores. Explicitou que o Executivo estava com a imagem denegrida perante a população, que alcançava a Câmara e os Vereadores, pois o Executivo não sabia onde queria chegar, diferentemente dos audaciosos, que sabiam bem onde queriam chegar. A Câmara mostrou que não tinha a intenção de apurar os desmandos dos aventureiros do Executivo, porque a sua maioria rejeitou a matéria de constituição de uma Comissão de Inquérito. Exemplificando, disse o Vereador Luiz Antônio Guarnieri sobre o prédio da Câmara, onde ouviu que, mesmo tombado pelo patrimônio público, seria demolido ou vendido. Isso para ele era inconcebível, inaceitável e não poderia aceitar mais essa ingerência do Executivo. Diante do barulho de manifestantes, o Sr. Presidente em exercício suspendeu a sessão às 19h45 e a reabriu um minuto depois, pedindo-lhes silêncio e que retirarem as máscaras. O Vereador Luiz Antônio Guarnieri retomou a palavra para dizer que a Câmara virou as costas para a fiscalização das atitudes do Prefeito. Em seguida, traçou um paralelo da pressão que havia sobre o Presidente da Casa e o mau momento de saúde pelo qual ele estava passando. Novamente, devido à manifestação intensa dos presentes às galerias, ouvindo-se termos ao Presidente em exercício, como “sem-vergonha” e “salafrário”. Os manifestantes comeram *pizzas* nas galerias do plenário e o Presidente em exercício, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou a força policial – entenda-se Guarda Civil Municipal e Polícia Militar – para conter tal abuso. Houve a suspensão dos trabalhos às 18h45 para a reabertura às 20h20, por determinação do Presidente em exercício, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, o qual pediu o respeito e o silêncio dos presentes, sob pena de outras atitudes mais eficazes por parte da Segurança Pública. Quanto ao que ouviu sobre as duas palavras ofensivas, disse que eram necessárias provas, e isso era difícil porque era pai de família, trabalhador há 30 anos numa empresa Federal e estava no seu terceiro mandato. “Eu sei quem é a moça que me ofendeu. Se eu for agora chamar a Polícia, vamos para a Delegacia. Quero ver ela provar o que falou.” – desabafou o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador João Antônio Pires Gonçalves, Presidente em exercício. Ato contínuo, foi à tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que saudou os presentes e explicou que não votou a favor da constituição da CI proposta pela Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira por vários motivos: julgava estranha a denúncia, porque o Município acionou a empresa para retomar o trabalho que tinha abandonado. A empresa fez denúncia grave a imprensa, mas não consegue apresentar provas e deixou no ar as acusações, e isso traria consequências sérias. Ainda mais, a falta de sua assinatura não impediu a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira de protocolar seu pedido e não era contra tais apurações, mas o Ministério Público já estava fazendo o trabalho e seu entendimento é que tudo isso não passava de revanchismo e de plataforma política. O Juiz Emerson Gomes Coutinho obrigou a empresa a retomar seus trabalhos em 4 horas, sob pena de multa; a empresa não cumpriu. Ainda mais, as denúncias eram imorais e infundadas, pois sem provas. O orador, Vereador Waldemar Marcurio Filho disse que buscava desempenhar o seu trabalho com seriedade e os presentes queriam soluções para as suas reivindicações e tais foram os motivos pelos quais foi contrário à instalação da Comissão de Inquérito. Quanto à assistência repleta de manifestantes, disse que poderia haver pressão ao Executivo, mas desde que eles soubessem realmente o que estavam reivindicando. Os Vereadores poderiam assinar em conjunto a propositura, desde que objetiva e desprovida de ofensas e que muitos Vereadores induziam as pessoas a erros nas redes sociais, o que consistia em ‘fazer média’ e hipocrisia. O Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi foi à tribuna para justificar seu voto favorável para dizer que ficou descontente com a reprovação por 9 votos contrários do pedido de constituição de Comissão, porque, em seu papel de Vereador, buscava apurar supostas ilegalidades do Executivo. Posto isto, encerrou a sua participação. O Vereador Laércio Rocha Pires e Vereador Daniel Gasparini dos Santos desistiram de falar. O Vereador Professor Cinoê Duzo foi à tribuna para saudar os presentes e dizer que apoiava os enfermeiros, classe que realmente fazia o trabalho pesado. Sobre a constituição da Comissão de Investigação, disse



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que votou favoravelmente, porque o seu papel era fiscalizar os atos do Executivo. Disse; “Gérson passa de bom moço, mas concorda com tudo o que o Prefeito Stupp faz e decide. Não pense que vai abandonar o barco a dois meses da eleição, porque isso não vai colar.” O Vereador Professor Cinoê Duzo criticou a sujeira da cidade, e, ironizando, “ainda mais a sujeira que está debaixo do tapete”. O Vereador Professor Cinoê Duzo lembrou que sempre defenderá o Complexo Lavapés e o Horto Florestal, que não tinha data para a sua reinauguração. Em seguida, citou que Itapira teve que voltar atrás na privatização do serviço de água daquela cidade, e que em Mogi Mirim não seria diferente. Sobre o terminal de ônibus, o Executivo não levava em conta que o calor de 40° C não estava sendo suficiente para o Executivo construir o terminal de ônibus urbano. Por fim, cumprimentou o Vereador Laércio Rocha Pires e lhe deu pêsames pelo falecimento de sua mãe. Também pediu o restabelecimento do atual Presidente. Vereador Benedito José do Couto e complementou que os dezessete Vereadores aprovaram o projeto dos subsídios e era necessário debater com o Executivo o índice, que estava muito aquém do esperado e, portanto, merecia um novo estudo. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros saudou os presentes e disse que, após a denúncia do empresário à imprensa, disse que ainda tinha dúvidas: a Câmara deveria ter criado a Comissão de Inquérito, porque os vereadores foram eleitos pelo povo e não para poupar o Prefeito. A denúncia de propina que estava vindo à tona fazia com que todos perdessem a confiança na atual Administração: “A cidade está precisando de respostas e a Câmara tem que fazer o papel dela diante da acusação do empresário, que disse que houve tentativa de suborno.” Em seguida, citou os nomes dos que aprovaram o pedido de constituição de Comissão de Inquérito: Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, Vereador Luiz Antônio Guarnieri, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, Vereador Luís Roberto Tavares, Vereador Professor Cinoê Duzo foram os sete favoráveis à criação de uma Comissão de Inquérito e eram pagos pelo dinheiro do tesouro Municipal, advindo dos tributos da população; quase R\$ 1



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mil por sessão ordinária. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros disse que tinha informações muito tristes e que via achaques descarados - um atrás do outro – e isso tudo precisava ser acompanhado e fiscalizado, porque o povo tinha as informações e a juventude estava fazendo a população perder a confiança. “A Administração não consegue nem fazer um pregão decente, e quer fazer uma concessão, uma parceria, uma privatização?” – arguiu a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros que disse que sua posição não era de populismo e que votou contra a privatização do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos, embora reconhecesse que seu partido, o PSDB, fizesse privatizações em seus governos, assim como outros partidos políticos que estavam exercendo cargos no Executivo. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 20h45, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no art. 47, § 1º da LOMM**; 1. Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 2, de 2013, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “alterando a redação do inciso XXI do art. 32, inciso I do art. 112 e § 2º do art. 114 da LOMM”; ((Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou por unanimidade dos Vereadores o Projeto de Emenda à LOMM nº 2/13, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, em segundo turno; o 1º Vice-Presidente votou, por força do art. 20, II do Regimento Interno); (encaminhe-se à Mesa da Câmara para a promulgação, nos termos do art. 47, § 2º da LOMM). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, primeira oradora inscrita, disse



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que não iria dar explicações técnicas sobre o seu voto contrário à constituição da CI, porque as explicações do Vereador Waldemar Marcurio Filho foram suficientes. Em seguida, alertou que a imunidade parlamentar, às vezes, não alcança o vereador e o termo ‘aventureiro’ é ofensivo e era necessário ter provas e argumentos sólidos para as situações. Disse que poderia ter pensamentos divergentes, mas usar de mentiras para vir ao plenário, enganar a população e depreciar o nobre colega Vereador, para a oradora Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, era coisa séria. Disse ser contra mentiras e nunca falou de ninguém sem ter prova por escrito e citou o panfleto relativo ao Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos, que hoje foi veiculado na Casa Legislativa. Disse a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti que pessoas letradas – as quais ela respeitava – queriam manipular a população com mentiras e que a privatização aconteceu em Itapira, pelo Totonho Munhoz, do PSDB, situação diferente da de Mogi Mirim, que foi uma PPP para o Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos. Ela se lembrou que em 2005 houve um levantamento do governo anterior, as quais assinavam o panfleto, e havia uma conta aberta na Riviera Calçados, onde os funcionários poderiam comprar sapatos. “O Saae é da cidade e quem exercia mandato deveria fazer o melhor para a cidade” – disse a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que concitou os jovens a conhecer a história das Administrações passadas, e não crer em panfletos mentirosos, embora reconhecesse que cada um era livre para crer na ideologia política que melhor lhe conviesse. “A pessoa que fez o panfleto vai ter que responder pela mentira, e por ter usado o meu nome.” – finalizou Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. O Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni desistiu de discursar, assim como a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Em seguida, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio se referiu aos presentes e assegurou que os jovens não mais poderiam ser enganados. Lembrou que a privatização do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos foi um péssimo negócio e, embora fosse atitude de seu partido, o PSDB, sofreu críticas, foi condenado a devolver dinheiro e desfazer sua atitude. À época, Totonho



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Munhoz sofreu críticas de correligionários e o tempo mostrou o erro. Lembrou que a PPP era usada para as estradas, como os governos gaúcho e mato-grossense do sul estavam fazendo. Tal parceria era necessária, porque o Governo não sabia fazer o serviço, mas o Município não poderia privatizar o Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos, a seu ver, porque o Município não sabia sequer conduzir um pregão presencial. Disse que havia um pessoal que havia ganhado eleições à base de panfletinhos, e disse à Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti que ela não era a única pessoa inteligente na Câmara e que de nada adiantava gritar, esbravejar e “falar um monte” e que o futuro dirá se os atos do Executivo estão corretos ou não, porque ele, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio duvidava que os atos do Governo Stupp estivessem corretos; se assim estivesse, ele, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, viria a tribuna aplaudir. “Quatro anos mal administrados equivalem a vinte anos de atraso. Dinheiro tem, porque o orçamento salta de trezentos milhões, é só saber usar. Vamos ver no final do mandato Stupp o que vai acontecer!” – finalizou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. Com a desistência da Vereadora Dayane Amaro Costa e Vereadora Daniela Dalben Mota, assumiu a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, que citou suas indicações relativas à limpeza de mato, entulho e sujeira, bem como operação tapa-buracos na camada asfáltica. Também requereu que o Executivo implantasse um projeto de meio ambiente na cidade, onde o esgoto gerado pela cidade era pago pela concessionária. No entanto, havia como fazer a transformação da matéria-prima para transformá-lo em concreto e tal parceria estava sendo estudada em Mogi Guaçu, com a possibilidade de estender a Mogi Mirim, com a ajuda do Governo Estadual. Com respeito ao subsídio dos estudantes, disse que havia ideia a serem expostas no dia 17 e defendia a união para todos os projetos. Ato contínuo, assumiu a tribuna o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que assegurou que o termo “aventureiro” foi utilizado por ele, mas que gostaria de ter dito “ganancioso”. “Este é o adjetivo da atual Administração, infelizmente. O que deveria ser um exemplo, não o era, porque a Câmara estava defendendo o interesse de meia-dúzia, prática que deixa a desejar, para não dizer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desastrosa.” – disse o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que disse que, na sua avaliação, qualquer projeto privado para o Saae era inviável, porque já houve 27% de reajuste na tarifa de água, muito superior à inflação. Para finalizar, o orador assegurou que o bem-estar da população deveria ser resguardado e que suas opiniões de campanha e de mandato seriam sempre defendidas na Casa Legislativa e que a PPP foi suspensa pelo Poder Legislativo e conclamou os Vereadores que buscassem o desenvolvimento da cidade e o bem-comum, e não o de meia-dúzia de pessoas. Na sequência, assumiu a tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que disse ter ficado triste com a resposta dada à sua propositura para a colocação de lombada em área em Martim Francisco. No entanto, nas Chácaras Sol Nascente havia duas lombadas a menos de vinte metros uma da outra e o local de Martim Francisco pedia a colocação de lombadas. Em seguida, disse que iria cobrar dos Departamentos e da subprefeitura de Martim Francisco o trabalho eficaz e de bom atendimento à população. Então, o Vereador Waldemar Marcurio Filho deixou caro que não havia acordo de cavalheiros entre os vereadores e uns Vereadores estavam levando a fama pelo trabalho árduo desempenhado por outro Vereador. O Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi desistiu de falar. Em seguida, falou o Vereador Laércio Rocha Pires, o qual disse que havia Vereadores e políticos que tinham memória fraca, porque em 1999 e 2000 os Senhores Paulo de Oliveira e Silva e Massao Hito, Prefeito e Vice-Prefeito à época, quiseram implantar a taxa de iluminação pública. Hoje esses mesmos políticos vinham agitar e manipular os jovens às galerias da Câmara. “Eles tiveram seis contas rejeitadas e condenação por dez anos como inelegíveis e agora iam à praça pegar assinatura do povo e soltando panfletos mentirosos.” – anunciou o Vereador Laércio Rocha Pires, o qual frisou que a taxa de iluminação era presente da Presidenta Dilma, pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, e a pior maneira do panfleto é que os vereadores aprovaram o aumento da tarifa da água. “Covardes! Vocês têm que apanhar. Vocês são caras-de-pau – PT e PSB, já estiveram no poder e não conseguiram aprovar a taxa de iluminação. Acordem, seus irresponsáveis, graças a vocês há a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

defasagem no salário do funcionalismo e o índice baixo no subsídio dos estudantes. Esse japonês é louco, qualquer hora ele pula aqui dentro.” – alertou o Vereador Laércio Rocha Pires, que criticou duramente a postura do PSB e PT na praça Rui Barbosa. Ato contínuo, assumiu a tribuna o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, o qual saudou os presentes e disse aos universitários que sabia da dificuldade de viajar para estudar, porque estudava em Campinas. A lei nº 12.816/13, promulgada pela Presidenta Dilma, autoriza os Municípios a usar o transporte oficial para os universitários, sendo que o Prefeito deveria mandar documentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para regulamentar as vans e ônibus escolares. A União tem apoiado as Prefeitura nisso, a oportunidade é nova e o subsídio é importante, e iria agendar reunião com o Prefeito Stupp para apresentar a ideia e convidou os universitários para acompanhá-lo. Os Vereadores Professor Cinoê Duzo e Professora Maria Helena Scudeler de Barros desistiram de falar. Em seguida, o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni solicitou a palavra como líder e a repassou para a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, sua liderada. Após a anuência da Presidência e já da tribuna, a oradora Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti disse que bastava mostrar provas e ela seria a primeira a admitir que estava errando ou raciocinando equivocadamente. Em seguida, falou que desde 2005, governo Carlos Nelson Bueno, houve o corte das horas trabalhadas pelos substitutos – a HTPI - que foi paga até o governo Paulo de Oliveira e Silva. O Governo Stupp entendeu o equívoco e retomou o pagamento das HTPIs remuneradas, em caso de substituição a algum professor. Isso era uma conquista para o Professor e parabenizou o atual Prefeito pelo ato benéfico ao Professor. Disse que esteve em Brasília para conversar com a Coordenadora-Geral dos Estudos de Valorização para o magistério, a fim de implantar 1/3 a mais para a classe e o estudo seria tratado com o Prefeito. Sobre o subsídio dos estudantes, ela já havia agendado reunião para quarta-feira, e era inadmissível essa redução ao subsídio, pois o Prefeito, enquanto Vereador, sempre defendeu cursos grátis e subsídios para os estudantes mogimirianos. Em seguida, como líder, assumiu o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Waldemar Marcurio Filho, que respondeu ao Vereador Laércio Rocha Pires que fez alusão aos programas da esfera Federal, Governo Petista, e que não merecia crítica negativa, porque dava bons frutos e, por isso mesmo, iria lutar pela reeleição de Dilma Rousseff para a Presidência do Brasil. A seguir, o Senhor Presidente em exercício, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, solicitou ao 2º Vice-Presidente, Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o 2º Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que saudou os senhores Vereadores e disse que concordava com o Vereador Waldemar Marcurio Filho sobre o protocolo das proposituras e, como estava ocupando a Presidência por apenas uma sessão, que não poderia tomar atitudes quando ao livro de proposituras. Por isso, aguardava o pronto restabelecimento do Vereador Benedito José do Couto. Em seguida, respondeu ao Vereador Waldemar Marcurio Filho que citou melhorias do Governo Federal encaminhadas à cidade, mas deveria lembrar-se também que o vice-Presidente, Michel Temer, pertencia ao PMDB, seu partido. Prosseguindo, citou que esteve em reunião com Fred Belloti, do Gabinete do Prefeito, para que cobrasse da Secretária de Trânsito para que construísse lombada na rua do Tucura, na altura da rua Itororó, porque a lombada está colocada depois da rua Itororó, mas deveria ser mudada para antes dela, a fim de facilitar para os motoristas e pedestres. Ainda mais, solicitou semáforo para defronte o Supermercado São Vicente, esquina da rua do Tucura e Avenida Brasil. Em seguida, endossou o discurso proferido pelo Laércio sobre a inverdade contida no panfleto, e, ainda mais, não tinha condições de pagar por panfletos coloridos, com fotografia, e na cidade inteira. “Só me resta agradecer pela propaganda gratuita que estavam fazendo de mim, e só me resta agradecer a quem fez. Agora sou conhecido como quero: Vereador João Carteiro.” – disse, encerrando a sua participação. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires, como líder, e prestou apoio ao Vereador Daniel Gasparini dos Santos sobre o transporte público e, para evitar que outros levassem os louros, sugeriu que Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Daniel Gasparini dos Santos elaborasse uma Comissão para a reunião com o Prefeito Stupp. No tocante aos programas federais, as casas populares do programa “Minha Casa, Minha Vida”, eram de péssima qualidade, pois programas pré-eleitorais. Prosseguindo, disse que elaborou uma campanha de arrecadação de muletas e cadeiras de rodas e estava sendo bem sucedido. Por fim, desejou boa sorte aos presentes e que poderiam contar com ele para as reivindicações pacíficas. Cumprindo o dispositivo do art. 37 da LOM, combinado com o art. 226 da Resolução nº 276, de 9.11.10, o Senhor Presidente deu ciência aos Senhores Vereadores que havia uma inscrição para uso da “**TRIBUNA LIVRE**” nesta noite, pela inscrição do Senhor Jurandir dos Santos Barbosa, que discursou sobre as 30 horas de jornada para o cargo de Enfermagem, cujo discurso foi gravado em fita própria. O Senhor Presidente determinou fosse guardado um respeitoso minuto de silêncio pelo falecimento dos Senhores ÁUREA PAIVA CHAIB GAMITO, ANÁLIA ROCHA DE ASSIS COSTA e LUIZ TADEU PEREIRA LIMA. Cumprida dita providência, como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente em exercício, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos, em especial da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal, bem como desejou o pronto restabelecimento do Vereador Benedito José do Couto de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h12 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A